



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

1. Identificação do Evento

Data de Início	Data de Término	Local
11/02/2017	18/02/2017	Assembleia Nacional da França, sede do Parlamento Europeu em Estrasburgo, Corte de Contas, Conselho de Estado, Conselho da Europa e Escola Nacional de Administração da França

2. Participantes

Nome	Ramal	Email
Deputado JHC	5-5958	dep.jhc@camara.leg.br
Deputado Antonio Bulhões	5-5327	dep.antonibulhoes@camara.leg.br
Deputado Rubens Pereira Júnior	5-1574	dep.rubenspereirajunior@camara.leg.br
Deputado Valtenir Pereira	5-5913	dep.valtenirpereira@camara.leg.br
Lívia Santana - Gerente do Programa de Cooperação Técnica Internacional da Diretoria-Geral	6-2045	livia.santana@camara.leg.br

3. Objetivo

Promover o compartilhamento de experiências e boas práticas em temas relacionados ao processo legislativo, gestão organizacional de comissões, processo de tramitação legislativa nos Parlamentos, avaliação e controle de políticas públicas e a relação entre Parlamento-Sociedade, bem como fortalecer a cooperação técnica internacional entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Nacional da França e o Parlamento Europeu e demais órgãos a serem visitados



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

4. Relatório das atividades**Dia 11 DE FEVEREIRO DE 2017, SÁBADO.**

Viagem a Paris, França.

Dia 12 DE FEVEREIRO DE 2017, DOMINGO.

Chegada de parte da delegação ao aeroporto Charles de Gaulle em horários diferenciados: às 7h40; 8h15 e 13h15.

Dia 13 DE FEVEREIRO DE 2017, SEGUNDA-FEIRA.

A) Reunião na Corte de Contas - *Court des Comptes*. Encontro com o magistrado *François de la Guéronnière*.

Na ocasião, foi informado que a Corte de Contas é uma instituição centenária que se encontra instalada no Palácio de *Cambon* desde 1912. Este palácio foi especialmente construído para abrigar a Corte.

As atribuições e missões da Corte de Contas têm sido sistematicamente ampliadas ao longo dos anos. Além de ditar regras sobre auditorias públicas, a Corte assegura que o dinheiro público seja devidamente aplicado por meio do controle de seu uso.

Segundo *de la Guéronnière*, as constituições de 1946 e 1958 expandiram e consagraram sua missão. Inicialmente auditava companhias nacionalizadas e órgão de seguridade social e posteriormente passou a auditar organizações privadas que recebem subsídios públicos e organismos que apelam para a generosidade pública.

Em 1982, foram criadas as Câmaras Regionais de Contas que auditavam as autoridades locais. Estas até hoje fazem um crescente trabalho em comum com a Corte de Contas.

Em 2001, a Lei Constitucional sobre assuntos financeiros (LoLF) deu à Corte a missão de certificar as contas e avaliar o desempenho dos programas de orçamento do Estado. A partir de 2005, a Corte passou a ter também a responsabilidade de certificar as contas sistema geral da seguridade social.

O magistrado reforçou que em 2008 houve uma revisão no Artigo 47-2 da Constituição Francesa que especificou e estendeu as atribuições da Corte. Esta revisão reforçou a sua assistência ao Parlamento para auditar as ações do Governo, notadamente por meio de sua



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

avaliação das contas públicas.

Já em 2011 uma considerável quantidade de leis reforçou o papel da Corte de Contas como órgão primordial na avaliação das políticas públicas.

O senhor *de la Guéronnière* destacou que a Corte de Contas tem como valores a independência, as audiências justas e a responsabilidade coletiva. Além disso, ele frisou ainda que a Corte tem como missões a fiscalização, o controle, a avaliação e a certificação.

Ao longo da apresentação do magistrado *François de la Guéronnière*, várias interrupções foram feitas no sentido de elucidar dúvidas e de fazer paralelos com o sistema brasileiro de avaliação das contas públicas.

B) Reunião no Conselho de Estado - *Conseil d'Etat*. Encontro com a Conselheira Marie- Hélène MITJAVILLE.

A Conselheira Marie- Hélène MITJAVILLE deu início à reunião falando sobre as principais atribuições do Conselho de Estado: aconselhar, julgar e administrar.

Didaticamente, ela explicou que o Conselho é o conselheiro do governo na preparação de projetos de lei, de ordenações de alguns decretos. Atende a solicitações governamentais de pareceres sobre questões jurídicas e realiza, sob requisição governamental ou por iniciativa própria, estudos sobre questões administrativas ou políticas públicas.

Disse ainda que o Conselho de Estado é também o juiz administrativo supremo: é o julgador de última instância das atividades do poder executivo, das coletividades territoriais, das autoridades independentes e dos estabelecimentos públicos administrativos ou dos organismos que dispõem de prerrogativas de poder público.

Acrescentou que por sua dupla função, jurisdicional e consultiva, o Conselho de Estado assegura a submissão efetiva da administração francesa ao Direito. Constitui, portanto, um dos mecanismos essenciais do Estado na França. O Conselho de Estado é o administrador geral de todos os tribunais administrativos e das cortes administrativas de apelação.

Destacou que anualmente, o Conselho de Estado examina cerca de 110 projetos de lei, 900 projetos de decreto regulamentar e 300 textos não regulamentares.

No que tange ao aconselhamento do governo, a conselheira informou que o



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Conselho de Estado exerce esta função por meio de cinco seções especializadas: a seção do interior, a seção de finanças, a seção de obras públicas, a seção social e a seção de administração, esta criada em 2008.

No quesito julgar a administração, à jurisdição administrativa do Conselho de Estado cabe julgar os litígios entre uma pessoa pública e uma pessoa privada (um particular, uma associação, uma sociedade) ou entre duas pessoas públicas. Esta competência abrange múltiplos domínios, como liberdades públicas, polícia administrativa, tributos, contratos administrativos, função pública, saúde pública, concorrência, direito ambiental, organização territorial e urbanismo.

Escalão supremo da ordem jurisdicional administrativa, o Conselho de Estado é organismo essencial na relação entre os cidadãos e os poderes públicos.

Por ter uma estrutura totalmente diferenciada do nosso sistema de Estado, o Conselho de Estado despertou grande interesse, o que permitiu a realização de vários questionamentos sobre a sua dinâmica de funcionamento.

C) Reunião com o Ministro Conselheiro de Negócios da Embaixada do Brasil em Paris – Ministro Audo Faleiro.

A conversa com Ministro Audo Faleiro foi iniciada com a relevância das relações bilaterais entre a França e o Brasil. Foi mencionado que o Brasil é o maior parceiro comercial da França na América Latina o seu quarto parceiro mais importante fora da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Além disso, foi destacado que França e Brasil apresentam visão convergente quanto à importância do Estado não apenas para o desenvolvimento económico, mas também para a promoção da igualdade social. Em matéria de governança económica internacional, a França revela-se importante aliado brasileiro ao reconhecer tanto a necessidade de maior participação das potências emergentes quanto a importância de medidas de estímulo ao crescimento e ao emprego para enfrentar as crises. Nessa linha, o Governo francês foi um dos principais proponentes da substituição do G-8 pelo G-20 como principal foro de articulação económica e financeira, a partir de 2008.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Dada a relevância do Brasil no cenário internacional, A França apoia a ampliação do Conselho de Segurança da ONU em ambas as categorias de membros, incluindo um assento permanente para o Brasil. O país é um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e também ocupa a quinta posição entre as maiores economias do mundo.

Em 2008 foi criado o Plano de Ação da Parceria Estratégica franco-brasileira que se centrou sobre eixos como diálogo político e governança internacional; relações econômicas e comerciais; cooperação nas áreas de defesa, espaço, energia nuclear, desenvolvimento sustentável; domínios da educação, línguas, ciência e tecnologia; temas migratórios e transfronteiriços; e atuação conjunta em terceiros países, em particular na África.

A cooperação nos campos da ciência, tecnologia e inovação é outra vertente importante das relações bilaterais. Um dos parques tecnológicos mais avançados do mundo, a França conta com capacidades autônomas em todos os setores-chave da economia. Trata-se do terceiro país que mais acolhe bolsistas do Ciência sem Fronteiras, oferecendo cerca de 5 mil vagas a estudantes e pesquisadores brasileiros.

No intuito de aprofundar ainda mais a cooperação no campo da educação, o Ministro Audo Faleiro destacou que em 2015 foi encaminhado ao Congresso Nacional um texto de acordo bilateral sobre um Programa de Férias-Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da França.

O texto do acordo trata sobre a anuências das Partes em criar um programa de "Férias-Trabalho", com o fim de autorizar jovens nacionais de ambos os Estados, dentro do limite previsto no visto autorizado, a permanecerem no território do outro Estado a título individual, para fins primordialmente turísticos, com a possibilidade de buscar e exercer, a título acessório, emprego que permita complementar os recursos financeiros de que disponham.

A este propósito, o Ministro solicitou fosse dada especial atenção ao acordo encaminhado ao Congresso Nacional sob a Mensagem nº 425, de 20 de outubro de 2015. Segundo ele, tal acordo beneficiará vários jovens brasileiros e franceses que precisam trabalhar para manterem seus estudos.

Dia 14 de FEVEREIRO DE 2017, TERÇA-FEIRA

Visita oficial à Assembleia Nacional da França.

A) Recepção Oficial e visita institucional ao Palácio de Bourbon.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

A Diretora-Adjunta da Divisão de Cooperação Interparlamentar, senhora Sylvie Malgouyard, recebeu a delegação e em seguida iniciou uma visita às instalações do Palácio de Bourbon.

Disse que o Palácio está situado às margens do Rio Sena e que foi construído por Luísa Francisca de Bourbon entre 1722 e 1743 e hoje abriga a Assembleia Nacional da França.

A Assembleia Nacional é composta por 577 membros, denominados *députés* (ou deputados) eleitos por meio do sistema a duas voltas, sendo que cada um representa uma circunscrição eleitoral (distrito). Entre os 577 assentos, 289 são necessários para estabelecer uma maioria da câmara. O partido com maior número de assentos elege o Presidente da Assembleia, que deverá presidir as sessões com o auxílio de uma mesa diretora.

Seguindo uma tradição originária da Nacional Constituinte de 1789, os deputados aliados à ideologia esquerdista sentam-se à esquerda da tribuna, enquanto os aliados à direita mantêm-se à direita da tribuna.

Os deputados são eleitos por sufrágio universal com sistema a duas voltas para que exerçam mandato de cinco anos, sujeito à dissolução por parte do Presidente da República. Em seu sistema eleitoral, a França é dividida em distritos de 100.000 habitantes, cada um deles.

Ainda de acordo com a lei francesa, a divergência entre o número de habitantes dos distritos não deve exceder 20% da população de um departamento.

O número de assentos da Assembleia é diretamente proporcional ao número de distritos, incluindo os distritos das possessões marítimas. O deputado representante de um departamento é chamado "oficial" e para elegê-lo são necessários 5% dos votos do respectivo departamento.

Os 577 deputados, subdividem-se em:

- 570 "oficiais";
- 5 representantes das Coletividades de ultramar (Polinésia, Wallis e Futuna e Saint-Pierre e Miquelon);
- 2 representantes da Nova Caledónia.

Os grupos parlamentares são divididos de acordo com a ideologia dos partidos eleitos. Na França é frequente a distinção entre partidos "com representação", ou seja, que



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

obtiveram votos para a Assembleia Nacional, e os "partidos regionais". Entre os grupos parlamentares há também os partidos que não firmam suas alianças, mantendo-se independentes entre si por questões ideológicas.

Na estrutura da Casa há 8 (oito) Comissões Permanentes: Comissão de Assuntos Culturais, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Estrangeiros, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Defesa, Comissão de Desenvolvimento Sustentável e Comissão de Leis.

Além das Comissões Permanentes, há também outras Comissões que podem ter caráter permanente ou não: Comissão de Assuntos Europeus, Comissão de Inquérito, Comissões Especiais, Comissões Mistas Partidárias, Comissão de Ética, Comissão de Direitos e Liberdades na Era Digital e Comissão de Engajamento dos Cidadãos.

O Presidente da Assembleia é o deputado Claude Bartolone do Partido Socialista. Ele nasceu em Tunes, Tunísia e tem 65 anos.

A visita institucional culminou com uma visita ao Plenário da Assembleia Nacional.

**B) Reunião no Comitê de Avaliação e Controle das Políticas Públicas -
Conselheiro Chefe da Secretaria do Comitê - Philippe Lamy**

O Conselheiro Philippe Lamy explicou à delegação brasileira que o Comitê de Avaliação e Controle das Políticas Públicas é um órgão recém-criado na estrutura da Assembleia Nacional da França. O Comitê não é uma estrutura prevista na Constituição Francesa, embora a avaliação das políticas públicas esteja.

Foi criado a partir de uma alteração do Regimento Interno da Assembleia Nacional, portanto mais flexível, o que permite inclusive sua alteração ou modificação. O objetivo é colocar a avaliação das políticas públicas no centro da missão parlamentar de controle.

O conselheiro enfatizou a importância da criação do Comitê ao afirmar que ele tem uma função precípua de avaliação e controle das políticas públicas, pois se tal tarefa fosse atribuída às outras comissões, seria uma questão mais delicada, pois elas estão sobrecarregadas e não teriam a mesma disponibilidade em esse tema que é de suma importância.

Ele explicou que o Comitê é presidido pelo Presidente da Assembleia Nacional e também inclui trinta e seis membros designados para assegurar a representação proporcional dos



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

grupos políticos e representação equilibrada das comissões permanentes.

Frisou que o Comitê tem três missões principais:

- 1) Em termos de avaliação, que pode ser por sua própria iniciativa ou a pedido de uma comissão permanente, realiza trabalhos sobre questões transversais. Seu programa anual é renovado inclusive com a participação da oposição, porque, em primeiro lugar, cada grupo político pode escolher livremente um estudo de avaliação de um ano e, em segundo lugar, cada assunto é tratado por dois co-relatores, incluindo um da oposição.
- 2) O Comitê também pode ser consultado, a pedido do presidente da comissão à qual o projeto de lei foi enviado, ou pelo Presidente da Assembleia, que também é presidente do Comitê, para dar o seu parecer sobre um estudo de impacto que acompanha um projeto de lei apresentado pelo Governo. O Comitê também pode ser solicitado a preparar avaliações preliminares de algumas emendas parlamentares.
- 3) Finalmente, o Comitê irá desempenhar um papel de "torre de controle" da avaliação e controle da Assembleia. Podem estar presentes as recomendações estabelecidas pelas comissões ou pela Conferência dos Presidentes, para permitir a adequada coordenação dos trabalhos e as aplicações para a agenda mensal da reunião pública dedicada principalmente ao acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Durante a apresentação, uma das perguntas mais intrigantes feitas sobre o Comitê foi com relação à sua publicidade. Philippe Lamy respondeu que, com relação a este tema, tudo ainda é muito novo e se apresenta como um grande desafio, pois as pessoas não se interessam muito por algo que traz consenso.

Dia 15 DE FEVEREIRO DE 2017, QUARTA-FEIRA.

Neste dia, a delegação iniciou sua visita à sede do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

O Parlamento Europeu (também conhecido como Eurocâmara ou



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Europarlamento) é a instituição parlamentar da União Europeia. Eleito por um período de 5 anos por sufrágio universal direto pelos cidadãos dos estados-membros, o Parlamento Europeu é a expressão democrática de 500 milhões de cidadãos europeus.

Constitui assim uma Assembleia eleita nos termos dos Tratados, do Ato de 20 de setembro de 1976. No Parlamento Europeu estão representadas, em nível de formações políticas pan-europeias, as grandes tendências políticas existentes nos países membros. Tem sede em Estrasburgo, na França.

Antonio Tajani, italiano de 63 anos, do Partido Popular Europeu, foi eleito no último dia 17 de janeiro, como o novo presidente do Parlamento Europeu após quatro rodadas de votações. Ele substitui o socialdemocrata alemão Martin Schultz em momento delicado para o bloco, em virtude do Brexit.

Na ocasião, foi oferecido um almoço pelo Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil, deputado Fernando Ruas. Além do presidente, estavam presentes os deputados Francisco Assis, Presidente da Delegação para as Relações com o Mercosul, deputado António Marinho e Pinto, 1º Vice-Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil e deputado Carlos Zorrinho, 2º Vice-Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil.

Após o almoço, houve um encontro em separado com o Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil, deputado Fernando Ruas. Um dos principais temas abordados na reunião foi o fortalecimento da CPLP (Comunidade do Povos de Línguas Portuguesa).

Na sequência, houve uma outra reunião com os deputados Ramón Jauregui, Presidente da Delegação à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e Francisco Assis, Presidente da Delegação para as Relações com o Mercosul. O principal tema foi a relação do Brasil com os países que compõem o Mercosul e sua importância estratégica para a região e para o cenário mundial como um todo.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Dia 16 de FEVEREIRO de 2017, QUINTA-FEIRA.

Novamente no Parlamento Europeu, a delegação teve um encontro com o senhor Michel Rouster, da Direção-Geral da Comunicação, onde foi feita uma apresentação sucinta do Parlamento Europeu: histórico e funcionamento diário.

Na sequência houve um encontro com o deputado António Marinho e Pinto, 1º Vice-Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil, onde os deputados tiveram a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a União Europeia e sobre o funcionamento do Parlamento Europeu.

O deputado fez questão de enfatizar a importância do Brasil no cenário mundial atual, principalmente após as eleições presidenciais no Estados Unidos. O Brasil tem sido visto como um dos mais importantes parceiros neste novo contexto em virtude das incertezas que se vislumbram nas Relações Internacionais.

A última reunião foi com o deputado Carlos Zorrinho, 2º Vice-Presidente da Delegação para as Relações com a República Federativa do Brasil. Ele destacou a importância da implementação do cabo óptico submarino entre o Brasil e a Europa.

Sabe-se que atualmente, praticamente todo fluxo de informações de comunicação transmitidas pelo Brasil passa necessariamente pelos Estados Unidos. O cabo óptico submarino entre Brasil e Europa permitiria a transferências destes dados diretamente.

Após a reunião com o deputado Carlos Zorrinho, a delegação foi convidada a se conhecer o Hemiciclo. Na ocasião, foi possível ouvir, da tribuna diplomática, o discurso do Primeiro-Ministro do Canadá, Justin Trudeau, sobre o Acordo Econômico e Comercial Global celebrado entre a União Europeia e o Canadá.

Tal acordo regula o comércio de mercadorias e de serviços, o acesso aos contratos públicos, a proteção das indicações geográficas e o processo de resolução de litígios relativos a investimentos.

No período da tarde, a delegação foi recebida no Conselho da Europa. Na ocasião, a delegação foi recebida pelo senhor João P. ARY, Diretor-Adjunto da Secretaria da Comissão sobre Questões Políticas e Democracia.



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

O senhor João ARY iniciou a conversa com uma explicação sobre o Conselho da Europa. Segundo ele, o Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo, foi criado em 1949, no final da II Guerra Mundial com o intuito de promover a defesa do Direitos Humanos e concluir acordos à escala europeia para alcançar uma harmonização das práticas sociais e jurídicas em território europeu.

Destacou que atualmente, o Conselho da Europa é a maior e mais antiga organização intergovernamental com carácter político integrando 46 países, incluindo todos os Estados-membros da União Europeia e 21 países da Europa Central e Oriental.

Para além dos Estados signatários, foram aceites pelo Conselho da Europa como Estados Observadores os Estados Unidos da América, o Canadá, a Santa Sé, o Japão e o México. Estes Estados têm observadores que podem assistir às reuniões destes dois órgãos bem como às reuniões dos grupos e nas demais conferências. Foi lembrado que o Brasil ainda não tem acento como Estado Observador.

O Diretor-Adjunto destacou que a União Europeia está de preparando para firmar um Convênio Europeu de Direitos Humanos, criando, dessa forma, em espaço jurídico comum europeu para os mais de 820 milhões de cidadãos que a integram.

Foi frisado ainda que o Conselho da Europa ajuda os Estados Membros a lutarem contra a corrupção e o terrorismo e estabelece reformas judiciais necessárias. Seu grupo de especialistas constitucionais, conhecido como Comissão de Veneza, presta assessoramento jurídico a outros países em escala mundial.

Dia 17 DE FEVEREIRO DE 2017, SEXTA-FEIRA.

A delegação visitou a "*École Nationale d'Administration*" (ENA). A delegação foi informada pela senhora Aelxandrina Soldatenko, Conselheira de Treinamento da Diretoria de Assuntos Europeus, que a Escola Nacional de Administração francesa é uma escola de graduação que foi criada pelo General Charles de Gaulle em outubro de 1945.

Sua missão é ampliar o acesso dos altos escalões de serviço público do governo e oferecer treinamento profissional para servidores que já estão na ativa há mais tempo. A Escola oferece a seus alunos conhecimentos especializados em todas as áreas da administração pública, passando por diferentes disciplinas incluindo direito, finanças públicas, gestão pública e e-



VIAGEM EM MISSÃO OFICIAL

Governo. Ela oferece treinamento que se adpta às constantes mudanças ambientais nos locais de trabalho e reforça valores como ética no trabalho, responsabilidade, neutralidade política e proatividade.

As atividades da Escola incluem um currículo central para servidores públicos do alto escalão da França e de outros países, por meio de curso continuados ou avançados para servidores franceses e de outros países, a promoção de relações bilaterais na área de governança pública e administração pública, bem como programas sob-medida e visitas de estudo nas áreas de Relações Internacionais e Europeias.

Foi demonstrado total interesse em firmar um acordo bilateral entre a Câmara dos Deputados e a Escola Nacional de Administração francesa para promover a capacitação e ao treinamento dos parlamentares brasileiros nas áreas de conhecimento oferecidas pela Escola.

O Programa de Cooperação Técnica Internacional da Câmara dos Deputados ficou de tomar as providências necessárias para a consolidação do acordo.

DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2017, SÁBADO

Retorno ao Brasil

5. Fechamento do Relatório

Data do relatório	Nome, cargo e assinatura do Participante
06 de março de 2017	 Deputado Rubens Pereira Júnior

CÂMARA DOS DEPUTADOS 07/Mar/2017 16:07 000541